



## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

### PROJETO DE LEI Nº 2.160, DE 2022

Altera a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para exigir a comprovação de aptidão psicológica anual aos profissionais das forças de segurança para a concessão e/ou manutenção do porte de armas de fogo e dá outras providências.

**Autor:** Deputado Ney Leprevost

**Relator:** Deputado Alberto Fraga

### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.160, de 2022, do ilustre Deputado Ney Leprevost altera a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para exigir a comprovação de aptidão psicológica anual aos profissionais das forças de segurança para a concessão e/ou manutenção do porte de armas de fogo.

Em sua justificativa, o autor aduz:

*“Entre os anos de 2020 e 2021, a cada três ou quatro dias, um policial militar tirou a própria vida no Brasil. A quantidade de suicídios entre agentes da polícia aumentou cerca de 55% neste período, resultando em um número superior ao de*



*policiais mortos em confronto, segundo levantamento do 16º Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)”.*

A proposição foi despachada às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD), estando sujeita à Apreciação Conclusiva - Art. 24 II RICD, com rito de tramitação ordinário (Art. 151, III, RICD).

Em 29 de agosto de 2022, nesta Comissão, foi designado como relator o nobre Deputado Neucimar Fraga, que deixou de ser membro deste colegiado.

Em 24 de março de 2023 fui designado relator.

Em 12 de abril, encerrado o prazo de emendamento ao projeto de lei, conforme art. 166 do RICD, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Nos termos do art. 32, XVI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão proferir parecer acerca do mérito do Projeto de Lei nº 2.160, de 2022.

As intenções do Autor são nobres, pois, ao cabo, pretende com a obrigatoriedade de exame de aptidão psicológica anual diminuir o suicídio entre integrantes de força de segurança, como afirma.

Contudo, há outras nuances relevantes na proposição a exigirem um estudo mais detalhado. A primeira é que o PL propõe alteração do inciso III do art. 4º da Lei 10.826, de 2003, de forma bastante relevante, estabelecendo a exigência de que o laudo de aptidão psicológica, atualmente feito por psicólogos, seja exclusivo de psiquiatras, e realizado em data anterior ao processo de aquisição de arma de fogo (até 90 dias).

A segunda, é que igualmente altera o § 2º do art. 6º da Lei 10.826, de 2003, ampliando o rol de categorias das quais se exigem os exames contidos no art. 4º, inciso III, neste caso para porte de armas. Cria, ainda, no

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239406603600>



mesmo art. 6º, um § 2º A, onde estabelece a periodicidade anual dos exames e a gratuidade deles para os integrantes das instituições citadas. Ainda, o nobre parlamentar prevê um § 2º B, determinando que, no caso de inaptidão nos exames, notadamente o psicológico, as instituições deverão fornecer atendimento psicológico e/ou psiquiátrico até que os inaptos voltem a estar aptos.

Por fim, altera o § 4º do art. 6º da Lei 10.826, de 2003, para adaptar a dispensa dos requisitos do art. 4º, excluindo o inciso III, das categorias militares federais, estaduais e policiais, ou seja, abarca os militares federais e não somente os “profissionais das forças de segurança pública”, como argumenta o Autor.

Com relação à mudança relevante de transferir a atribuição de realização de exames de aptidão psicológica dos psicólogos exclusivamente para médicos psiquiatras esta se mostra complexa e praticamente inviabiliza os próprios exames, além de encarecê-los. A exigência da anualidade dos exames, ademais, caso aprovada, traria limitações praticamente insuperáveis para as pessoas e categorias descritas no art. 6º da Lei 10.826, de 2003, inclusive quanto às empresas de segurança privada e de transporte de valores cujo tratamento é específico, pelo regulamento.

Quanto à pretensão do Autor, reafirme-se, nobre, de propor a anualidade do exame psicológico como forma de contribuir para a prevenção do suicídio, igualmente mostra-se inviável, tanto pelos custos como pela limitação de profissionais médicos para tanto, como colocado. Ademais disso, e mais relevante que os custos e a logística, em tese passíveis de superação, o problema do suicídio é muito mais complexo e não será resolvido com a proposta legislativa.

O Manual de Prevenção às Manifestações Suicidas: Orientações aos Policiais Militares<sup>1</sup>, da Polícia Militar do Estado de São Paulo, um dos documentos mais relevantes sobre o tema no meio policial, afirma, conforme estudos científicos, inclusive da OMS, ser o suicídio “um fenômeno complexo, multideterminado e multifatorial.”

Aliás, a mesma publicação informa que, segundo a “Organização Mundial da Saúde (...), a “disseminação apropriada da informação e o aumento



da conscientização são elementos essenciais para o sucesso de programas de prevenção do suicídio”. Essa é a razão pela qual a Força Pública paulista criou o Sistema de Saúde Mental da Polícia Militar do Estado de São Paulo (SiSMen), composto por uma série de programas e serviços, dentre os quais, o Programa de Prevenção às Manifestações Suicidas (PPMS), desenvolvido pelo Centro de Atenção Psicológica e Social (CAPS), o qual apresenta resultados relevantes com a abordagem sistêmica lá adotada, e que não inclui anualidade de renovação de porte para todos, de forma genérica. Como orienta a OMS, a saída está em informar e conscientizar a todos os policiais, bem como a disponibilidade de apoio psicológico e médico especializado sempre que necessário, ademais de outras medidas.

Por fim, o Projeto de Lei, em que pese a louvável pretensão do Autor, propõe alteração da estrutura ou do sistema contido na Lei 10.826, de 2003, de forma muito mais ampla que a justificativa de prevenção do suicídio aos agentes de segurança, a qual se mostra inviável para ser aplicada, ao menos atualmente.

Ante o exposto, voto, então, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.160, de 2022, nesta Comissão.

Sala da Comissão, em 19 de abril de 2023.

**ALBERTO FRAGA**  
**DEPUTADO FEDERAL**

